



Saúde terá metade das emendas individuais ao Orçamento 2014

Cada parlamentar poderá apresentar até R\$ 14,68 milhões, segundo relatório preliminar aprovado na madrugada de ontem, em colegiado de senadores e deputados

A Comissão Mista de Orçamento aprovou, na madrugada de ontem, o relatório preliminar à proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014. O valor para apresentação de emendas

individuais já leva em conta a proposta de orçamento impositivo, e o presidente da comissão, senador Lobão Filho, acredita que o Orçamento será votado em 20 de dezembro, último dia antes do recesso. **3**

Senadores e deputados analisam o relatório preliminar durante reunião da Comissão Mista de Orçamento



Gabriela Korossy / Agência Câmara

José Cruz/Agência Senado



Ao lado de Benedito de Lira (E), ministro fala aos senadores e ao governador André Pucinelli (D), de Mato Grosso do Sul

Cardozo fala em solução para conflitos por terras

Senadores questionam o titular do Ministério da Justiça sobre as situações, em vários estados, de iminente conflito armado entre índios e não índios que disputam propriedades rurais, muitas já invadidas **5**

Integração energética da América do Sul exige tratados **8**

Audiência expõe descaso de Carajás com população local **6**

Proposta sobre mediação está pronta para análise **4**

Negras são vítimas de 60% dos homicídios de mulheres **7**

Jovens aprovam mudanças na educação

O Projeto Jovem Senador foi encerrado ontem com a aprovação, pelos 27 estudantes de todo o país, de propostas como a que inclui cultura regional e cidadania na grade curricular. **2**



Estudantes celebram os resultados da semana em que simularam a atividade parlamentar debatendo e votando projetos

José Cruz/Agência Senado



Semana da Consciência Negra

Perceba todas as cores da vida

A Semana da Consciência Negra é um momento de reflexão sobre a luta histórica por direitos e contra o preconceito racial. Essa semana nos relembra a diversidade de origens e culturas que colorem a nação brasileira.



Senadores Valadares e Paim participam com a secretária-geral, Claudia Lyra, do encerramento do programa em Plenário

Jovens senadores votam propostas sobre educação

Na sessão em Plenário que encerrou a edição 2013 do Projeto Jovem Senador, representantes de 26 estados e do Distrito Federal aprovaram sugestões que podem ser convertidas em projetos de lei

O AUMENTO DOS investimentos da União em educação, a inclusão de cultura regional e cidadania como conteúdos na grade curricular e novas regras para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) estão entre as propostas aprovadas pelos estudantes que participaram do Projeto Jovem Senador 2013.

As proposições foram votadas ontem, em sessão no Plenário do Senado, que encerrou a simulação da atividade parlamentar vivenciada pelos 27 jovens senadores desde a segunda-feira.

Foram encaminhadas seis sugestões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde poderão ser transformadas em projetos de lei.

A votação, conduzida pelo representante da Bahia, Ivanlis Costa, durou quase toda a manhã e foi marcada por intensos debates sobre as propostas. Quase todas receberam emendas e ganharão agora redação final da Secretaria-Geral da Mesa.

— Os debates foram bem fortes, todos com consciência

crítica espetacular. Levo para casa uma visão de mundo diferente e uma vontade ainda maior de estudar Direito — disse Danielle Araújo (AP).

Anteontem, os jovens já haviam aprovado duas propostas de lei. As sugestões aprovadas pelo Jovem Senador 2013 poderão seguir o caminho já trilhado por iniciativas de estudantes apresentadas nas edições anteriores. Anteontem, por exemplo, duas sugestões apresentadas na edição de 2011 foram acatadas pela CDH e passaram a tramitar na Casa.

Os jovens senadores têm entre 16 e 19 anos e cursam o ensino médio em escolas públicas. Aline Andrade (AC) classificou a experiência como única. Segundo ela, os dias passados no Senado ajudaram a entender melhor o funcionamento do processo legislativo.

— Vou mostrar para outras pessoas que não é essa coisa fácil que elas pensam. Envolve muita discussão, nos deparamos com opiniões completamente diferentes. A gente passa a ter uma visão mais nítida de como tudo acontece — disse.

Paulo Davim (PV-RN), que preside a comissão do Projeto Jovem Senador, elogiou a contribuição dos jovens.

— Fico extremamente feliz quando vejo a desenvoltura, o talento, a capacidade de articulação e a qualidade de formulação dos argumentos desses jovens senadores. O Brasil tem que apostar mais na sua juventude — afirmou.

Para a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o programa permite que os estudantes experimentem de forma ampla as noções de cidadania.

— Eles foram absolutamente corretos no papel de senadores e também fizeram amizades. É uma missão cumprida, que nós servidores ficamos muito orgulhosos de vivenciar. É um momento de construção da sociedade — avaliou.

Concurso

Os participantes são selecionados por meio de concurso anual de redação. O tema deste ano foi “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação”. Para 2014, o tema será “Se eu fosse senador”.

Conselheiro condena censura a biografias

O advogado e membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional Ronaldo Lemos defendeu ontem a mudança do artigo 20 do Código Civil para proibir a censura prévia hoje aplicada às biografias.

Ao participar de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), Lemos citou parecer de 2012 do conselho que recomenda a aprovação de projeto (PL 393/2011) do deputado Newton Lima (PT-SP), que, para ele, contempla o equilíbrio necessário entre o direito da personalidade e o direito da liberdade de manifestação do pensamento, “além do seu corolário, que é o direito à informação”.



Lemos: “Más biografias devem ser respondidas com boas biografias”

Para ele, a vida humana é um fenômeno complexo e está inserida na história.

— Quanto mais relatos a respeito da trajetória de uma personalidade pública, maior será a precisão alcançada no entendimento daquela

trajetória e também menor será a repercussão de alegações infundadas que acabam se diluindo em trabalhos mais bem pesquisados e formulados. Más biografias devem ser respondidas com boas biografias — afirmou.

Participaram do debate no STF 17 expositores, entre editores, escritores, parlamentares e representantes de entidades como Academia Brasileira de Letras, Ministério da Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Comissão de Direito Autoral da OAB-SP. Está em discussão a Adin 4.815, da Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel), relatada pela ministra Cármen Lúcia.

Aloysio Nunes diz que país vive “balbúrdia” na área econômica

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem que o governo federal tem demonstrado “absoluta incompetência” na condução da economia, marcada pelo baixo crescimento, aumento da inflação e descontrolado das contas públicas. Para ele, “o PT abandonou a meta do socialismo”, sem optar pelo “saudável jogo do mercado”.



Lia de Paula/Agência Senado

— Vivemos uma verdadeira balbúrdia, com a qual a oposição não contribui. Muitas vezes, nos insurgimos contra medidas populistas, desperdiçadas, do atual governo. De modo que a bomba está do outro lado, no Palácio do Planalto, no gabinete da presidente Dilma Rousseff — criticou.

José Agripino defende maior controle de gastos públicos

José Agripino (DEM-RN) defendeu ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 34/2013) prevendo que a criação de empresas e entidades públicas de projeto de lei complementar. Para o senador, isso impediria a criação sem critério de órgãos pouco eficazes, que só elevam os gastos públicos.



Moreira Manz/Agência Senado

Para ele, o cenário atual é desolador, com previsão de déficit de US\$ 100 bilhões na balança do setor industrial.

— Tudo aquilo que a gente canta em prosa e verso, que o Brasil é campeão na produção de carne, soja, milho, algodão, gera um superávit de US\$ 80 bilhões e é engolido pelo déficit na indústria — lamentou.

Mozarildo quer derrubar veto a projeto de criação de municípios

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que o Projeto de Lei do Senado 98/2002 — Complementar, que estabelece critérios para criação de municípios, não vai aumentar o número de cidades indiscriminadamente. Ele disse que o veto à proposta pela presidente Dilma é garantido



Lia de Paula/Agência Senado

pela Constituição, mas espera que os 312 deputados e 53 senadores que aprovaram o texto mantenham os votos na análise do veto.

— Não vai haver aumento de custos porque o município criado vai dividir o FPM [Fundo de Participação dos Municípios] do município original — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão ordinária não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Correios em Alagoas

9h Renan Calheiros participa da inauguração das novas instalações da agência de Correios e de entrega de conjunto habitacional com 400 casas em Palmeira dos Índios (AL); às 20h, comparece à comemoração dos 65 anos do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac, em Maceió.

CRE Serviço Exterior Brasileiro

10h Audiência sobre os direitos dos auxiliares locais do Serviço Exterior Brasileiro. Foram convidados representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Trabalho e da Previdência; da Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo; e do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

De acordo com o texto aprovado, cada parlamentar poderá apresentar emendas individuais de até R\$ 14,68 milhões, sendo que metade deverá ser destinada à saúde



Presidente da comissão, Lobão Filho acredita que a votação final do Orçamento será no último dia do ano legislativo

Comissão aprova relatório preliminar do Orçamento

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou na madrugada de ontem o relatório preliminar à proposta de Lei de Orçamentária Anual (LOA) para 2014 (PLN 9/2013). Cada parlamentar poderá apresentar emendas individuais no valor total de até R\$ 14,68 milhões, sendo R\$ 7,34 milhões para saúde, necessariamente, incluídas despesas de custeio, como pagamento de água e luz, e excluídos o pagamento de pessoal e os encargos sociais, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O cálculo já leva em conta a nova redação da Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo, que torna as emendas parlamentares individuais de execução obrigatória. A PEC foi aprovada em segundo turno no Senado na terça-feira e voltará a ser analisada pela Câmara dos Deputados.

As emendas individuais dos deputados e senadores serão equivalentes a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano, estimativa prevista na proposta orçamentária. O total destinado à apresentação de emendas parlamentares individuais para o ano que vem será de R\$ 8,72 bilhões. Além das emendas individuais, os parlamentares podem apresentar emendas

coletivas ao Orçamento, seja de bancadas estaduais ou de comissões permanentes.

O relator da LDO, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), disse que será necessário adequar a proposta da LOA de acordo com as alterações da LDO aprovadas na noite de quarta-feira. O texto da LDO deveria ter sido aprovado em julho, antes do envio da proposta orçamentária pelo Executivo.

Alterações

Há duas alterações ao texto original do projeto da LOA, a partir dos 14 destaques apresentados. A primeira permite que o relator-geral destine emendas aos produtores rurais de cana do Nordeste afetados pela seca. A segunda amplia de 10% para 20% o cancelamento de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A primeira mudança dá ao relator-geral, deputado Miguel Corrêa (PT-MG), disponibilidade de R\$ 5,45 bilhões para emendas. Ele pode apresentar emendas para equilibrar receitas e despesas e compensar estados e municípios pelas perdas por desonerações do ICMS em produtos para exportação; rever benefícios previdenciários e assistenciais por mudanças de parâmetros

econômicos; e também para as Forças Armadas, conforme alteração aprovada pela comissão.

— Essa proposta vem ao encontro de ações que o governo tem adotado — disse o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG).

Para viabilizar as alterações com as emendas parlamentares, o relatório estabelece regras de cancelamento de parte dos recursos previstos no texto original. Nas despesas com investimentos, o cancelamento pode ser de até 20% do total programado. Cada obra ou ação pode ter 50% dos recursos cancelados, mas os investimentos do PAC têm um corte menor.

No caso de gastos com aquisição de imóveis em utilização, de bens para revenda e outros tipos de inversões financeiras, o cancelamento pode ser de até 15% no total, sendo 50% de cada ação.

Já o investimento de estatais poderá ter cancelamento total de até 20% para atender emendas parlamentares e de 50% por ação específica.

O relator-geral também pode cancelar até 4% do orçamento previsto para receitas correntes, como o custeio da máquina pública.

(Da Agência Câmara)

Defesa, defensorias e consórcios são pontos mudados em emendas

A CMO acompanhou o voto do relator-geral, Miguel Corrêa, pela aprovação parcial de 30 emendas que mudaram três pontos do texto. Outras 46 foram rejeitadas.

O primeiro ponto permite que o relator-geral possa apresentar emendas para a defesa. O segundo transfere as defensorias públicas da área temática dos Ministérios da Defesa e Justiça para órgãos do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União. O terceiro ponto inclui a necessidade dos consórcios públicos (criados pela Lei 11.107/2005) serem identificados nas emendas.

De acordo com Corrêa, os recursos para emendas serão de R\$ 21 bilhões. Desse total, R\$ 12,1 bilhões vêm da reestimativa da receita aprovada na quarta-feira pela CMO, R\$ 7,2 bilhões da

reserva de contingência, que já estava no projeto original, e R\$ 2,56 bilhões em cancelamentos prévios referentes a financiamentos do BNDES e do Microcrédito Produtivo Orientado, por exemplo.

Na fase de apresentação dos dez relatórios setoriais do Orçamento, as bancadas estaduais poderão apresentar emendas no valor de R\$ 1,94 bilhão e os próprios relatores setoriais terão R\$ 4,26 bilhões para atender demandas. Na fase do relatório final, o relator-geral ainda terá mais R\$ 1,5 bilhão para ajustes. Outros recursos poderão vir do remanejamento de dotações.

Como a comissão não votou os últimos oito projetos que abrem crédito adicional de R\$ 18,97 bilhões, eles vão para o Plenário sem o parecer da CMO.

Lei Orçamentária de 2014 deve ser aprovada em 20 de dezembro

O Congresso deve aprovar a proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014 em 20 de dezembro, último dia de trabalho do Parlamento antes do recesso legislativo. A estimativa é do presidente da Comissão de Orçamento (CMO), senador Lobão Filho (PMDB-MA).

Até o dia 28 de novembro, deputados e senadores poderão apresentar emendas ao Orçamento de 2014. Cada parlamentar terá disponibilidade de R\$ 14,68 milhões para apresentar emendas individuais ao Orçamento da União, mas 50% (R\$ 7,34 milhões) terá de ser destinado obrigatoriamente para ações e serviços públicos de saúde, já de acordo com o orçamento impositivo, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados.

De acordo com o calendário de atividades divulgado pela CMO, a votação dos relatórios setoriais à peça orçamentária vai ocorrer até 11 de dezembro e a votação do relatório final do relator-geral, deputado Miguel Corrêa (PT-MG), terá de ser concluída até 19 de dezembro.

Durante a sessão do Congresso iniciada às 19h39 da quarta-feira e encerrada à 1h18 de ontem, Lobão Filho fez um apelo aos parlamentares para que fosse votado o relatório preliminar ao Orçamento, como aconteceu. Assim, disse Lobão, será possível votar a peça orçamentária para 2014 no último dia do semestre legislativo, para que todos os prazos regimentais sejam respeitados.

Ana Amélia defende novas regras para fundos de pensão

Ao presidir audiência pública sobre a situação dos fundos de pensão, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem, Ana Amélia (PP-RS) defendeu novas regras para a governança dessas instituições. Para ela, é preciso evitar problemas como o enfrentado pelos aposentados e pensionistas do Aerus, que recebem apenas 8% do valor devido.

A senadora apoiou projeto (PLP 161/2012) que assegura maior transparência e proíbe a devolução de valores à parte patronal. Para suspender a devolução, Paulo Bauer

(PSDB-SC) também apresentou projeto (PDS 275/2012). Ele defende que, se houver superávit, deve ser feita reserva de contingência de até 25% das reservas do plano e o excedente deve ser contabilizado em reserva especial para revisão de contribuições e benefícios.

A revisão de premissas atuariais — como o aumento da expectativa de vida da população — foi um dos motivos alegados pelo fundo de pensão dos Correios, o Postalís, para a ampliação do déficit de R\$ 392 milhões, em 2011, para R\$ 985 milhões.

O presidente do Postalís, Antonio Carlos Conquista, atribuiu o problema também à queda dos juros, que exigiu do fundo de pensão investimentos em ativos que apresentavam maiores riscos e não obtiveram o sucesso esperado.

Problemas como o enfrentado pelo Postalís, segundo a presidente da Associação dos Participantes de Fundo de Pensão (Anapar), Cláudia Ricaldoni, exigem dos participantes esforço adicional de contribuição. Ela propôs que sejam eliminados problemas como a ausência de piso e de

teto nos planos da Previ, do Banco do Brasil. O representante da Previ, Marcel Barros, explicou que os valores pagos a ex-dirigentes do banco são calculados pela contribuição.

Também participaram representantes da Petros (fundo da Petrobras), Newton Carneiro da Cunha, e da Funcef (da Caixa Econômica Federal), Geraldo Aparecido da Silva.



Ana Amélia (C) coordena debate com especialistas em fundos de pensão

Relatório de Vital do Rêgo trará substitutivo que procura harmonizar os pontos positivos de três projetos que tramitavam conjuntamente. Objetivo é desafogar a Justiça

Começa análise de propostas sobre mediação

DEPOIS DE ANALISAR o tema em duas audiências públicas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) inicia na próxima terça-feira o processo de discussão dos três projetos de lei do Senado que tratam do uso da mediação como instrumento para a solução consensual de conflitos (PLSs 517/2011, 405/2013 e 434/2013). Na ocasião, Vital do Rêgo (PMDB-PB) deverá apresentar o relatório, com substitutivo às três propostas, que tramitam em conjunto.

Segundo a avaliação do relator, os três projetos são bastante completos e regulam adequadamente a matéria. Essa percepção motivou Vital a elaborar um substitutivo harmonizando os pontos positivos de cada um deles. Sem limitar-se ao aproveitamento das melhores sugestões, ele tratou de fazer ajustes no texto, de forma a tornar o mecanismo de mediação de conflitos eficaz não só para acelerar a concretização da justiça, mas também para reduzir o volume de demandas no Poder Judiciário.

Mediação

Embora o substitutivo seja uma combinação das três propostas, Vital acabou indicando para aprovação o PLS 517/2011, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que tem precedência sobre os demais por



Vital do Rêgo diz que relatório visa dar eficácia à mediação e acelerar a Justiça

ser o mais antigo. O projeto consolidado vai regular tanto a mediação judicial, por recomendação do juiz, quanto a extrajudicial, por acordo, convenção ou convite de uma parte à outra, que será sempre facultativo e poderá ocorrer de modo prévio, incidental ou posterior à relação processual.

Além de ser aceito pelas partes, o mediador deverá ter imparcialidade e se submeter aos mesmos impedimentos legais impostos a juízes. O procedimento da mediação deverá ser protegido pela confidencialidade e pelo sigilo e as partes poderão contar com a assistência de um advogado.

Ajustes

Três ajustes formulados pelo relator foram destacados no parecer sobre as propostas. Em primeiro lugar, Vital rejeitou recomendação do PLS 434/2013, de José Pimentel

(PT-CE), no sentido de as partes poderem ser assistidas por defensor público. Ele optou por eliminar a possibilidade por entender que, “a defensoria está assoberbada de trabalho”.

Outra sugestão do projeto derrubada pelo relator foi a hipótese de o poder público figurar como terceiro

interveniente na mediação. “Não se afigura cabível, num procedimento regido pela informalidade, a previsão de intervenção de terceiros”, justifica Vital.

Por outro lado, o relator decidiu adotar a regra para mediação judicial proposta por Pimentel. Nela, o prazo máximo de duração do procedimento será de 60 dias, podendo a prorrogação ser solicitada ao juiz de comum acordo entre as partes.

Arbitragem

Assim como o PLS 405/2013, outro projeto, o PLS 406/2013, de iniciativa de Renan Calheiros (PMDB-AL), tramitava em conjunto com o PLSs 517/2011 e 434/2013. Mas, a pedido de Vital, foi desmembrado dos demais e passará a ter tramitação autônoma.

A proposta regula o instituto da arbitragem como mais uma alternativa à solução de conflitos.

“Apesar de versarem sobre expedientes para a resolução alternativa de controvérsias, não há analogia ou conexão entre as matérias que justificasse a tramitação conjunta”, explica no parecer sobre a mediação.

A proposta de Renan Calheiros pretende alterar a Lei de Arbitragem (Lei 9.307/1996) no sentido de modernizá-la e colocá-la em sintonia com a crescente participação do Brasil no cenário econômico internacional. O texto também autoriza o recurso à arbitragem para dirimir conflitos ligados a relações de consumo, desde que o próprio consumidor tome a iniciativa de recorrer ao mecanismo.

Ferraço aponta rapidez do instrumento

Atualmente, cerca de 92 milhões de processos tramitam em todas as instâncias do Poder Judiciário do país. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) acredita que o número pode baixar consideravelmente se for aprovado projeto de autoria dele que regulamenta a mediação de conflitos (PLS 517/2011).

Segundo o senador, o

objetivo é criar a cultura da negociação e da conciliação, por meio de um mediador imparcial, para a solução de conflitos do dia a dia, que normalmente acabam parando no Judiciário.

Ele explicou que a solução dos conflitos por meio da mediação é mais rápida e tem o mesmo efeito de uma decisão judicial.

— Esse tipo de solução extrajudicial pode funcionar de forma bastante positiva nos casos de pensão alimentícia, de guarda de filhos, de cobrança de dívidas — explicou.

Ferraço acredita que o elevado número de processos também está relacionado ao que ele chamou de indústria dos recursos.

Cardozo: PF e Interpol investigam paradeiro de Henrique Pizzolato

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou a jornalistas, na saída de audiência realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que a Polícia Federal está atuando com a Interpol para investigar se o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato (foto) está mesmo na Itália. Pizzolato, condenado no processo do mensalão, é considerado foragido pela Justiça brasileira.

— Há um rito processual



Célio Azevedo

para o processo de extradição. Há uma perspectiva de diálogo com o STF [Supremo Tribunal Federal] e o Ministério Público para que isso ocorra. Para tanto, precisamos

localizá-lo — informou.

Na audiência, o líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), havia feito um apelo em prol do deputado José Genoíno, ex-presidente do PT, também condenado no processo do mensalão, que está preso e precisa de cuidados médicos.

Viana pede apuração de possíveis ilegalidades na prisão de petistas

Jorge Viana (PT-AC) anunciou ontem que vai encaminhar ofício ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, solicitando a apuração de possíveis irregularidades na prisão, durante o final de semana passado, de integrantes do PT condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Setenciados pelo STF na Ação Penal 470, que tratou do mensalão, o ex-ministro José Dirceu e o deputado fe-



Lu de Paula/Agência Senado

deral José Genoíno foram presos em São Paulo e transferidos para a Penitenciária da Papuda, em Brasília, por determinação do presidente do Supremo, Joaquim

Barbosa.

Viana levantou dúvidas sobre a legalidade da execução das prisões, com descumprimento do Código de Processo Penal, pela falta da guia de recolhimento e da carta de sentença. Ele falou da preocupação com a saúde de Genoíno, que é cardíaco.

Tribunal do Trabalho do Rio de Janeiro poderá contratar técnicos em TI

O Senado aprovou ontem projeto que autoriza o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro, a criar 82 cargos de analista judiciário, com especialidade em tecnologia da informação (PLC 87/2013).

A proposta tem entre os objetivos adequar o TRT fluminense à determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de que tribunais mantenham um quadro de pessoal permanente na área de tecnologia de informação e comunicação. A proposta seguiu para a sanção presidencial.

Lúcia Vânia quer aperfeiçoar canais de participação

Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou, em discurso ontem, para a necessidade de aperfeiçoamento da atuação da Ouvidoria do Senado e dos demais canais de comunicação da Casa. A ideia é ampliar a participação popular nas decisões legislativas, bem como aumentar a

transparência do trabalho dos senadores.

De acordo com a parlamentar, os instrumentos de participação popular do Senado, tais como o Alô Senado e a própria Ouvidoria, têm se mostrado incapazes de atender as demandas da sociedade.

Como estratégia para diagnosticar as causas da atuação insuficiente dos canais, Lúcia Vânia informou que, na terça-feira, a Ouvidoria do Senado deverá promover videoconferência para discutir o papel das ouvidorias na ampliação da participação popular.

— Se os canais de comunicação do Senado não nos permitem identificar os pontos de estrangulamento de nossa atuação para corrigi-los e darmos respostas consequentes aos cidadãos, eles estão sendo, no mínimo, ineficazes — declarou a senadora.



Moneira Manz/Agência Senado

Senadora defende maior participação popular nas decisões legislativas

Ministro da Justiça afirmou que aumentará os recursos, a transparência e a intermediação da pasta para tentar resolver conflitos entre índios e produtores rurais

Governo quer criar fundo para executar a demarcação de terras

PARA TENTAR RESOLVER os conflitos entre índios e produtores rurais envolvendo a demarcação de terras indígenas, o governo federal está disposto a direcionar recursos específicos para esse fim por meio de um fundo, além de aumentar a transparência nos processos e a capacidade de intermediação do Ministério da Justiça nas disputas. Foi o que afirmou ontem o ministro José Eduardo Cardozo em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Por meio de um novo fundo, a ser criado e ainda sem dotação de verba prevista, a União poderá destinar recursos aos estados para indenizar os produtores rurais que precisarem ser deslocados das propriedades — pela terra e pelas benfeitorias — ou para a aquisição de territórios estaduais a serem transformados em reservas indígenas, detalhou o ministro durante a reunião.

Isso se aplica à Fazenda Buritis, em Sidrolândia (MS), cuja solução é considerada prioridade pelo governo. O processo, neste caso, está sendo mais demorado que o previsto — o prazo pedido pelo Executivo está próximo do fim — porque alguns proprietários não permitiram nem mesmo a avaliação da terra.



Benedito de Lira (C), presidente da comissão, e Luís Inácio Adams ouvem José Eduardo Cardozo em audiência pública

— Agora temos que caminhar na linha de fazer um acordo parcial e deixar o resto em litígio — revelou o ministro.

Portaria suspensa

O anúncio da suspensão da Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU) causou indignação a Kátia Abreu (PMDB-TO). Para a senadora, houve “um recuo do ministro da AGU, por pressão de outros integrantes do governo”.

— Vocês vão assumir a responsabilidade com as mortes no campo, principalmente o senhor, Eduardo Cardozo omisso — bradou.

Kátia Abreu disse que, apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido que as normas de criação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, não valem automaticamente para a demarcação de outras terras

indígenas, a portaria — de forma correta, na avaliação da senadora — traz os critérios do julgamento como referência.

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, respondeu que o texto está suspenso até que a aprovação dos embargos da votação de Raposa Serra do Sol seja analisada pelo STF e que a postura busca segurança jurídica para as decisões.

Demarcação

Cardozo informou que na próxima semana encaminhará aos líderes indígenas e dos produtores rurais e aos parlamentares a minuta da portaria que regulamenta o Decreto de Demarcação de Terras, para poderem opinar e sugerir mudanças e aperfeiçoamentos. Por meio dela, o ministério poderá atuar como mediador e julgador do processo de demarcação,

permitindo um reexame técnico das impugnações e questionamentos, frisou.

Adams apontou ainda uma “ausência normativa” e cobrou do Legislativo a aprovação de lei complementar para normatizar o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, determinando o que pode ser considerado “relevante interesse público da União”. Isso daria poder à União para reconhecer a validade dos títulos de Buritis (MS) emitidos pelo então estado de Mato Grosso, o que facilitaria uma possível indenização.

— A partir da lei, teremos um marco normativo que dê ao Estado o poder de exercer a discricionariedade vinculada ou preservar o título ou indenizar o título, gerando a oportunidade de compensação adequada ao proprietário da área — afirmou.

Figueiró: conflitos em Mato Grosso do Sul são iminentes

Ruben Figueiró (PSDB-MS) informou que é iminente o conflito entre produtores e índios em Mato Grosso



Moreira/Anartz/Agência Senado

do Sul devido às invasões rurais. Segundo ele, há 80 propriedades invadidas e a Funai reivindica a demarcação de mais 39 aldeias. Figueiró disse que isso poderá derramar sangue e que saiu intranquilo da reunião na CRA.

— O que posso dizer da reunião com o ministro é que foi mais do mesmo. Disse que o governo está disposto a repassar recursos para resolver. No entanto, o recurso consignado no Orçamento de 2013 por meio de emenda do senador [Waldemir] Moka não foi liberado. O ministro não esclareceu quando nem como a situação será de fato solucionada — criticou.

Ana Amélia cobra solução imediata para disputas

Ana Amélia (PP-RS) cobrou ontem do governo federal ações imediatas para diminuir os conflitos entre índios e produtores rurais. A parlamentar pediu uma postura equilibrada da Fundação Nacional do Índio (Funai), de modo a evitar a violência, e chamou a atenção para as disputas de terra no Rio Grande do Sul. De acordo com a senadora, pequenas propriedades no estado, com escrituras de mais de cem anos, estão sendo reivindicadas como territórios indígenas.

— É preciso bastante transparência, bastante imparcialidade e coerência em cada caso para que injustiças não sejam cometidas. Respeitar os marcos temporais é indispensável para que os direitos dos donos legítimos e originários das terras sejam respeitados — enfatizou.

Crise na Fazenda Buritis pode resultar em massacre

O conflito na Fazenda Buritis, em Sidrolândia (MS), tomou grande parte do debate sobre demarcação de terras indígenas na CRA, que contou com a presença do governador do estado, André Pucinelli.

Os senadores Waldemir Moka (PMDB-MS), Delcídio do Amaral (PT-MS) e Ruben Figueiró (PSDB-MS) alertaram para a perspectiva iminente de um massacre na região se não houver uma solução adequada e urgente.

Moka defendeu a indenização aos proprietários, detentores de títulos legais emitidos

pelo estado, que não podem arcar sozinhos com a conta da reparação às injustiças cometidas contra os índios por toda

a sociedade, perdendo o meio de sobrevivência.

— Há uma decisão política. O governo está disposto

a passar recursos para Mato Grosso do Sul para viabilizar a solução das terras de Buritis, e também em outras terras, seja indenizando proprietários ou adquirindo terras para áreas indígenas — garantiu o ministro José Eduardo Cardozo mais uma vez.

Segundo o ministro, há uma mesa de diálogo instalada para debater Buritis e outros territórios em disputa pelo Brasil e é preciso que a negociação sobre a fazenda dê certo, pois será uma vitrine da proposta de diálogo encampada pelo governo.



Índios terenas reivindicam a Fazenda Buritis, que consideram seu território

Tratores e máquinas agrícolas deverão ser liberados do IPVA

Tratores e demais máquinas agrícolas, como as colheitadeiras, poderão ser desobrigadas do registro e licenciamento anuais junto aos departamentos de trânsito estaduais. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara 57/2013, aprovado ontem pela Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária. — A máquina agrícola fica restrita às fazendas. Não há justificativa razoável para criar uma burocracia que é onerosa para o produtor — declarou Ana Amélia (PP-RS).

A discussão se arrasta desde 1997, quando o licenciamento

se tornou regra, com a aprovação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). A exigência inquietou o setor rural, que estima que as despesas correspondam a 3% do valor de cada máquina.

Waldemir Moka (PMDB-MS) apontou as dificuldades

que o agricultor tem para fazer, por exemplo, inspeção veicular, deslocando a máquina das fazendas até o centro da cidade.

— Quem coloca isso não tem o menor conhecimento, a menor visão, não sabe o trabalho duro do campo e fica

inventando moda — disse.

O presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), também criticou a medida que, a seu ver, só tem objetivo arrecadatório.

A proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Problemas apresentados em relatório por ONG tendem a se agravar com os planos de aumento da produção e duplicação de ferrovia

Audiência revela descaso com populações afetadas por Carajás

AS POPULAÇÕES QUE vivem ao longo do Complexo Siderúrgico de Carajás reclamam, sem sucesso, providências do Estado para problemas que enfrentam há décadas: poluição sonora pelos trens que dia e noite transportam minério, rachaduras nas casas pela trepidação, doenças respiratórias decorrentes da poluição do ar, atropelamentos pela falta de passarelas para cruzar a ferrovia, assoreamento de igarapés, desapropriações irregulares de terras e ruptura dos sistemas tradicionais de cultivo e de criação de animais, entre outras situações.

As denúncias foram feitas em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Foram motivadas pela iminente construção de nova mina na região, em empreendimento liderado pela Vale, e pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás, que corta 27 municípios e 86 comunidades quilombolas e



Ao lado de Ana Rita, Cristiane Faustino diz no debate que as populações locais afetadas são "invisíveis" para a mineradora

indígenas nos estados do Pará e do Maranhão.

Os problemas constam de relatório apresentado na audiência pela pesquisadora Cristiane Faustino, da entidade Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), que também faz recomendações à Vale. Convidada para o debate, a mineradora não mandou representante.

Cristiane enfatizou que a geração de riqueza pela mineração tem sido acompanhada da violação sistemática dos direitos das populações que vivem nesse território.

— Há grande desencontro entre o discurso do desenvolvimento e a situação enfrentada pelas comunidades que vivem na região — explicou.

Para o advogado Guilherme Zagallo, da rede Justiça nos

Trilhos, a situação revelada no relatório da Dhesca é fruto do descaso com que são tratadas as populações afetadas pela mineração.

No debate, Edson Farias Mello, representante do Ministério das Minas e Energia, reconheceu que muitos dos problemas relatados decorrem da falta de diálogo com a população ainda no início da atividade mineradora da Vale.

Rolleberg apela a Dilma por preservação urbanística de Brasília

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) apelou à presidente Dilma Rousseff contra o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, um projeto que altera várias normas de ocupação do solo na capital federal.



Moreira Mariz/Agência Senado

Rolleberg defende o arquivamento do projeto, que classificou como "aberração e agressão à cidade". Para ele, o plano é movido por interesses inconfessáveis de privatização de áreas públicas, o que, em sua avaliação, põe em risco um patrimônio da humanidade.

— Brasília é tombada não porque deve ser preservada; ela é tombada porque merece ser preservada — afirmou.

Ana Amélia ressalta sanção da lei do tratamento domiciliar

Ana Amélia (PP-RS) agradeceu à presidente Dilma Rousseff por ter sancionado, sem vetos, a lei que garante aos usuários de planos de saúde o direito à quimioterapia oral em casa. A lei, segundo a senadora, beneficiará mais de um milhão de pacientes de câncer que têm planos de saúde em todo o país. Ela informou que as novas regras entrarão em vigor em maio do ano que vem.

— Pesquisa comprova que a inclusão do tratamento do câncer em casa, com uso de quimioterapia oral, é mais eficiente para o paciente com câncer, sustentável para os planos de saúde e com potenciais efeitos positivos ao melhor funcionamento do Sistema Único de Saúde, que é público — afirmou a parlamentar.

Famílias desalojadas ainda esperam solução

Para completar o relato, o líder quilombola Justo Evangelista Conceição contou que muitas famílias desalojadas com a abertura da ferrovia até hoje esperam pela regularização das terras. Por temer que a duplicação da ferrovia agrave o problema, ele cobrou a conclusão do processo de titulação de terras, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas ficou sem resposta, pois o órgão não enviou representante ao debate.

Justo Evangelista também relatou problemas de exploração sexual de menores e de prostituição que acompanham a instalação dos acampamentos que acomodam o grande número de trabalhadores mobilizados para as obras na mina e na ferrovia.

Os participantes cobraram



Proximidade à ferrovia tem trazido graves prejuízos às comunidades de Carajás

a instalação de infraestrutura para travessia de carros e pedestres sobre a ferrovia, há muito prometida pela mineradora. Eles explicaram que a passagem de carros fica frequentemente bloqueada pelo movimento dos trens, fazendo com que doentes fiquem sem socorro médico e crianças sem poder ir à escola, ocorrendo

ainda muitos atropelamentos.

— Já aprovamos, no âmbito do Ibama, a construção de algumas passagens, só não sei se as obras começaram — informou Eugênio Pio Costa, representante do Ibama.

Para Guilherme Zagallo, uma das dificuldades para o atendimento das demandas da população decorre do fato

de a mineração no Brasil ser pouco tributada, beneficiando as empresas, mas não resultando na geração de recursos que beneficiem o conjunto da sociedade. Nesse aspecto, pode ser considerada uma atividade subsidiada por outras atividades econômicas, uma vez que prefeitos, governadores e a União precisam buscar em outros setores os recursos necessários para mitigar os impactos sociais e ambientais da mineração.

Para buscar solução para os problemas relatados na audiência, a presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), informou que o relatório da Dhesca e as notas taquigráficas da audiência pública serão enviados à Presidência da República, ao Ministério de Minas e Energia, ao Incra e ao Ministério Público.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Negras são vítimas de mais de 60% dos assassinatos de mulheres no país

Violência contra a mulher negra é tema de debate no Projeto Quintas Femininas, da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

MAIS DE 60% das mulheres assassinadas no Brasil entre 2001 e 2011 eram negras. O dado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi citado por Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ao abrir ontem debate sobre a violência contra a mulher negra. O evento foi promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados como parte do Projeto Quintas Femininas.

Mônica de Oliveira Gomes, que representou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), destacou os obstáculos no acesso a postos profissionais e à renda igualitária. Ela citou discriminação até nos serviços públicos, a seu ver um problema que revela a existência de racismo institucional no país.

Sobre o estudo do Ipea segundo o qual negros ganham 36% menos que brancos, Mônica ressaltou que, no caso das mulheres, a diferença sobe para 40%. Segundo ela, as negras permanecem na base da pirâmide, mesmo possuindo mais estudo e qualificação.

— Quanto mais a mulher se qualifica, mais difícil será encontrar uma posição que corresponda ao investimento que fez a vida inteira.

Na opinião da representante da Seppir, o termo “violência simbólica” é insuficiente para



Mônica Oliveira Gomes, Maria do Carmo Alves e Bruna Cristina Pereira ouvem Sílvia Oddone, das Relações Públicas do Senado

traduzir situações vividas pelas mulheres negras que as levam a adoecer, quando não é o caso de morte. Ela salientou o que chamou de “tríplice discriminação”, quando se trata de mulheres negras e pobres.

Como exemplo, destacou o pior acesso aos serviços públicos de saúde, o que explicaria a maior taxa de óbitos entre as negras, especialmente a mortalidade materna. Até as consultas são mais curtas, de acordo com Mônica. Ela disse que o racismo institucional ocorre em órgãos públicos e instituições privadas.

Bruna Cristina Pereira, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) da Universidade de Brasília (UnB), apresentou estudo que resultou de sua dissertação de mestrado: depoimentos de 14 negras de diferentes níveis sociais

mostram que a cor da pele interfere no relacionamento com o parceiro, com a família e gera situações de violência.

— O poder disciplinador, que na nossa sociedade, patriarcal é essencialmente masculino, tem também uma cor, e ela é branca — afirmou.

“Essa sua neguinha”

Bruna exemplificou com o caso de uma das entrevistadas, identificada como Manoela (nome fictício), que já sofria discriminação quando ainda morava com os pais, por ser a mais escura entre as irmãs. Em casa, o pai a obrigava a executar tarefas domésticas, mas as irmãs tinham outros deveres. Quando se referia a Manoela em conversa com a mulher, o pai a chamava de “essa sua neguinha”.

A pesquisadora citou ainda o caso de Emília (nome também

fictício), ativista do movimento negro que, em determinado momento, foi confrontada pelo companheiro com a afirmação de que “sabia que não deveria ter se casado com uma negra, porque negras são vagabundas, são prostitutas”.

Bruna ressaltou um ponto que a surpreendeu na pesquisa: a visão de que a “virtude” das mulheres pretas, diferentemente das mulatas, está relacionada ao trabalho.

Para a pesquisadora, o governo e os militantes contra a violência ainda não foram capazes de criar instrumentos para perceber e combater o racismo nos relacionamentos.

— Ainda que não se tenham vastos estudos ou vastas ligações entre a violência racial e o maior homicídio das mulheres negras, não tem como pensar que essas formas de violência não estejam conectadas.

Feminicídios no Brasil (2009–2011)



Fonte: Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil (Ipea)

Congresso terá órgão para combater violência contra mulher

O presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, protocolou nesta semana um projeto de resolução (PRN 5/2013), em nome das Mesas do Senado e da Câmara, para que seja criada, no Congresso,

a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Além disso, ambas as Casas do Parlamento brasileiro estão participando do movimento 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que começou na quarta-feira em mais de 150 países. A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Especial da Mulher do Senado estão promovendo uma série de atividades com o intuito de conscientizar a população brasileira sobre os diversos tipos de violência de gênero previstos na Lei Maria da

Penha, que pune os agressores de mulheres.

Os eventos contam com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal e da ONU Mulheres.

Dia internacional

Entre as atividades previstas pelo movimento, está um ato para marcar o Dia Internacional de Eliminação da Violência contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro. A manifestação será realizada na terça-feira, dia 26, no hall da Taquigrafia da

Câmara dos Deputados. As atividades seguem até 10 de dezembro, quando é comemorado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

A campanha de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres foi criada em 1991 por 23 feministas de diferentes países, reunidas pelo Centro para a Liderança Global de Mulheres (CWGL), nos Estados Unidos.

Trata-se de uma mobilização educativa e de massa pela erradicação desse tipo de violência e pela garantia dos direitos humanos das mulheres. A campanha é realizada em 159 países.

Ana Rita quer mais justiça e igualdade para negros

Ana Rita (PT-ES) saudou o Dia da Consciência Negra, celebrado na quarta-feira, chamando a atenção para o exemplo de luta representado por Zumbi dos Palmares e destacando a contribuição dos negros para a formação do povo brasileiro.

A senadora, no entanto, avalia que ainda é preciso avançar significativamente em busca da dignidade do povo negro do Brasil. Ana Rita classificou como “extermínio” o elevado índice de homicídios de negros e chamou os senadores a aprovar punições mais duras para quem usa trabalho escravo.

Ela acrescentou que deseja ver aprovadas cotas raciais no serviço público.

Paim pede atenção para resquícios da escravidão

Ao saudar o Dia da Consciência Negra, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Brasil não pode fechar os olhos para os resquícios da escravidão, apesar dos avanços das últimas décadas.

O senador citou estudos apontando que os negros são 70% das vítimas de homicídios no país. Também lembrou pesquisa que constatou que negros recebem 36% menos que não negros.

Entre as ações adotadas para melhorar a condição dos negros, ele destacou o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas e o projeto do governo que reserva 20% das vagas dos concursos públicos. A proposta aguarda votação no Congresso Nacional.

— Já fizemos muito, mas sabemos que temos que fazer muito mais — afirmou.

Atividades

26/NOV. Audiência com a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, para debater o Programa Mulher, Viver sem Violência. Sala 2 da Ala Nilo Coelho do Senado, às 11h

28/NOV. Projeto Quintas Femininas debate o tema “Violências silenciadas e silenciosas: um olhar ao redor” com a representante da União Brasileira de Mulheres (UBM), Ana Carolina Barbosa. Plenário 13 da Câmara, às 10h

4/DEZ. Ato público “Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher”. Salão Branco do Congresso Nacional, às 15h

10/DEZ. Lançamento da cartilha Reflexões sobre Gênero e Diversidade. Plenário das Comissões da Câmara, às 17h30



Renan apresentou projeto em nome das Mesas do Senado e da Câmara



Nivalde de Castro, Ricardo Raineri, Altino Ventura, Ricardo Ferraço, Samuel Pinheiro Guimarães e Nelson Moreira debatem cooperação sul-americana em energia

Integração energética da América do Sul deve ter sólido marco legal

Especialistas ouvidos pela Comissão de Relações Exteriores afirmam também que o ganho na produção chegaria a 20%

A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA da América do Sul deve ser construída sobre um sólido marco legal, que inclua tratados internacionais entre os países envolvidos. Essa foi uma das principais recomendações dos especialistas convidados para audiência pública promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

O presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), considerou a hidrelétrica binacional de Itaipu, construída a partir de um tratado bilateral entre o Brasil e o Paraguai, como um “exemplo paradigmático” de cooperação sul-americana para a produção de eletricidade.

— Com base nessa exitosa experiência, por que o Brasil não tenta reproduzir o modelo em outras fronteiras? Por que não avança na integração elétrica com Peru, Argentina e outros países? Não estaria faltando uma decisão política pela integração? — questionou Ferraço, lembrando que os países integrantes do chamado Arco Norte da América do Sul possuem um “enorme potencial de produção de energia elétrica”.

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e

Energia, Altino Ventura Filho, revelou que é intenção do governo brasileiro fortalecer a integração energética da América do Sul. Segundo dados que ele apresentou durante a audiência, o potencial de geração de energia do continente é de 580 gigawatts, dos quais 70% ainda não são aproveitados.

Ao construir linhas de transmissão entre os países da

América do Sul, informou o secretário, será possível aumentar em 20% a produção conjunta de eletricidade, uma vez que o país com abundância de água em determinado momento pode transferir energia para outro país onde o clima estiver mais seco. Tal possibilidade é favorecida pelo fato de os rios da América do Sul apresentarem diversidade hidrológica, observou. Com

as linhas de transmissão, complementou o secretário, aumenta a confiabilidade do sistema e reduz-se o custo da energia ao consumidor.

— Para isso, temos que deixar as regras bem estabelecidas. O Ministério de Minas e Energia defende que tenhamos tratados entre os países, para definir com clareza os benefícios e os custos — disse Ventura.

Será preciso “superar desconfianças”

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães encaixou a necessidade de uma “sólida base jurídica” para a integração energética no continente.

Ele recordou que muitos países do continente não possuem recursos necessários para obras de grande envergadura e outros ainda têm dificuldade de acesso ao mercado internacional de capitais.

— Itaipu não teria sido possível sem o tratado entre Brasil e Paraguai. A integração é uma questão central para nós, pois o Brasil não poderá ser um país desenvolvido e estável cercado por vizinhos

instáveis e subdesenvolvidos. É do interesse do Brasil promover o desenvolvimento dos vizinhos — afirmou Guimarães.

Ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner observou que, por meio de acordos bilaterais, podem ser enfrentados problemas relativos à manutenção da soberania dos países envolvidos e aos ganhos reais a serem obtidos com a integração. Em sua opinião, é necessário construir “marcos legais que permitam de fato a integração”.

Para isso, enfatizou o diretor do Banco Mundial

Ricardo Rainieri, será importante “superar desconfianças”. Ele também ressaltou a necessidade de acordos de Estado, por meio dos quais se possa “compartir benefícios de um desenvolvimento mais eficiente”.

O coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nivalde de Castro, disse que ainda falta “decisão política” para levar adiante a integração energética da América do Sul. Somente a partir dessa decisão, prosseguiu, será possível montar uma “estratégia de Estado” para colocar em prática a integração.

Audiência debate direitos trabalhistas em postos no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realiza audiência pública hoje para debater projeto de lei (PLS 246/2013), do senador José Sarney (PMDB-AP), que estende aos auxiliares locais do serviço exterior brasileiro alguns dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Já aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a proposta será examinada pela CRE, em decisão final, antes de ser encaminhada à Câmara dos Deputados.

Auxiliar local é o brasileiro ou o estrangeiro admitido para prestar serviços ou desempenhar atividades de apoio nos postos do exterior, como embaixadas e consulados. Segundo o relator da proposição na CAS, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), atualmente as relações trabalhistas e previdenciárias referentes a esses profissionais são regidas pela legislação vigente no país em que estiver sediada a repartição. Em muitos países, a aplicação das leis locais a esse trabalhador tem garantido pouca proteção legal, como nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.

São convidados, entre outros, o embaixador José Borges dos Santos Júnior e o auditor fiscal do Ministério do Trabalho Raul Capparelli.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sarney é o autor do projeto que estende direitos aos auxiliares

Senado aprova acordos do Brasil com Canadá, Polônia e Cingapura

Os cerca de 30 mil brasileiros que moram e trabalham no Canadá poderão usufruir da proteção da Previdência Social daquele país. O mesmo valerá para os canadenses que vivem no Brasil. O Senado aprovou ontem um acordo (PDS 213/2013) para permitir que os trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas somem os períodos de contribuição, e assim possam atingir o tempo mínimo necessário para a obtenção da aposentadoria e de demais benefícios previdenciários.

Também foi aprovado um acordo entre o Brasil e a Polônia (PDS 214/2013) de cooperação e troca de experiências e conhecimentos na área da defesa.

O terceiro acordo aprovado, entre Brasil e Cingapura, vai permitir a simplificação das viagens entre os dois países, com a isenção de visto de entrada. A mudança está prevista no PDS 267/2013.

Comissão mista para países de língua portuguesa e adiada para dezembro

A análise do projeto de resolução do Congresso que cria comissão mista para tratar dos assuntos relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), último item da pauta da sessão do Congresso Nacional que se estendeu até a madrugada de ontem, foi transferida para a próxima sessão, marcada para 10 de dezembro.

A CPLP é formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, informou que foi cobrado sobre esse assunto quando esteve em visita oficial a Portugal. Mas o deputado Claudio Cajado (DEM-BA) pediu que o item não fosse apreciado sem a presença do relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), pois o DEM apresentou emendas ao projeto e não poderia votar sem o parecer sobre as emendas.

Viana manifesta preocupação com possível demissão de servidores

Jorge Viana (PT-AC) disse estar preocupado com o resultado de julgamento no Supremo Tribunal Federal de ação que questiona a constitucionalidade da contratação de 11 mil servidores do estado do Acre sem concurso público. Ele informou que a maioria das contratações ocorreu antes de 1988.

Viana lembrou que, quando foi governador, quase sofreu processo de impeachment por conta de decisão da Justiça que mandava demitir essas pessoas, contratadas antes de ele ser eleito. Ele alertou que em caso de demissão dos servidores, os serviços públicos no estado podem ficar comprometidos, além de prejudicar milhares de famílias.

— Se a decisão for negativa, nós temos que chamar uma reunião de emergência com o governo do estado e ver a melhor maneira de juntos encaminharmos a defesa dos servidores — afirmou.